

# Clipping Diário

TJPI



13/12/19



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MeioNorte.com	12/12/19		

## **Semana Nacional da Conciliação: TJ-PI realiza mais de 3 mil audiências**

### **De acordo com os dados, 304 conciliadores e 220 colaboradores da Justiça trabalharam durante a Semana.**

3.391 audiências e 1.134 acordos homologados, envolvendo montante superior a R\$ 8 milhões. Este é o resultado da 14.<sup>a</sup> Semana Nacional da Conciliação no Piauí, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI). Os números foram divulgados em cerimônia realizada na manhã desta quinta-feira (12), no Auditório do TJ-PI. Além da divulgação dos números oficiais, a cerimônia também contou com a entrega de certificados para as varas mais produtivas e para os servidores que se destacaram durante a Semana, realizada de 4 a 8 de novembro.

De acordo com os dados, 304 conciliadores e 220 colaboradores da Justiça trabalharam durante a Semana. Graças a esse esforço, foram finalizadas 987 demandas ao longo dos cinco dias de trabalho — que também contou com a realização de casamentos comunitários, o mutirão de execução fiscal Limpa 2020, o projeto Eu Tenho Pai, entre outras atividades de promoção da cultura da paz.

“Só nessa semana, com os acordos, nós movimentamos 8 milhões de Reais. Para uma economia como a do Piauí, esse número é muito significativo”, enfatizou o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins. “Mas, acima disso, o que nos deixa satisfeitos é a cultura da paz que está sendo difundida, os acordos e a promoção da conciliação entre as partes”, complementou. Para o presidente, é necessário que existam formas alternativas às formas de litígio tradicionais para que mais demandas sejam atendidas.

Para o desembargador Olímpio Galvão, coordenador da SNC 2019, “a produtividade vai melhorar ainda mais no ano de 2020, porque a cultura da conciliação está se solidificando em todos os tribunais do País, e, notadamente na sociedade piauiense, no Judiciário piauiense”.

### **Premiação**

As premiações foram segmentadas em duas categorias, “maior quantidade de acordos homologados” e “maior quantidade de conciliações realizadas”. No ranking “acordos homologados”, foram

premiadas as seguintes unidades: Cejusc Teresina; Justiça Itinerante; Cejusc Parnaíba; 5ª Vara de Família de Teresina; JECC Zona Norte II – Buenos Aires; JECC Zona Sudeste– Sede Redonda; Vara Única de Cocal; Cejusc Floriano; Cejusc Picos e 3ª Vara de Família de Floriano, em ordem de classificação.

Já no ranking “conciliações realizadas”, foram premiadas: Cejusc Teresina; Justiça Itinerante; JECC Zona Norte II – Buenos Aires; JECC Zona Centro II; JECC Campo Maior – Sede; Vara Única de Cocal; JECC Corrente – Sede; JECC Zona Sudeste – Sede Redonda; 5ª Vara Cível; Cejusc Picos e JECC Picos – Sede, em ordem de classificação.

“Nós superamos a expectativa em número de audiências, em número de acordos. Nós também fizemos um trabalho muito grande de conscientização das unidades dos Cejuscs mostrando a conciliação e de divulgação. E, hoje, temos esse resultado. Unidades que não ganharam no ano passado, ganharam nesse ano. Mesmo as unidades que não ganharam premiação, entendemos que essas unidades fazem, todo dia, normalmente, as conciliações, acrescenta a juíza coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), Lucicleide Belo. “Esse é o nosso trabalho, levar a conciliação e a mediação mais perto da população do Piauí”, concluiu.

### **Abertura**

A cerimônia contou com apresentação musical do coral Raios de Sol, seguida de orquestra sinfônica. Na sequência, a promotora de Justiça Flávia Cordeiro ministrou palestra sobre “Justiça Restaurativa e a Cultura da Paz”.

Participaram da solenidade, ainda, autoridades como os desembargadores Ricardo Gentil, coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI) e Fernando Lopes diretor-geral da Escola Judiciária do Estado do Piauí (Ejud-PI); o magistrado coordenador do Cejusc da comarca de Teresina, juiz Virgílio Madeira; o juiz auxiliar da Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, Manoel Dourado; e a delegada Eugênia Villa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MeioNorte.com	13/12/19		

**Postada em 13/12/2019 às 10h20**

**Publicada por:** Bruna Sampaio

[WhatsApp](#) [Facebook](#) [Twitter](#)

[Compartilhar](#)

TJ suspende liminar que obrigava Câmara de Teresina a prestar contas

A decisão é do desembargador Sebastião Ribeiro Martins, presidente do TJ-PI.

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) suspendeu a liminar que obrigava a Câmara Municipal de Teresina a prestar contas do uso do dinheiro público com divulgação das informações no Portal da Transparência.

A decisão é do desembargador Sebastião Ribeiro Martins, presidente do TJ-PI.

A liminar foi proferida pelo Juiz da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda de Teresina nos autos da ação popular movida pelo advogado André Portela, criador do site Custo Piauí, que tem o objetivo de divulgar o uso do dinheiro público pelos representantes do estado.

"Acreditamos na justiça e vamos recorrer da decisão do Tribunal de Justiça do Piauí", afirmou o advogado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Piauí Hoje	12/12/19		

**DIREITOS**

## **Governador agradece o esforço da Assembleia na aprovação da Reforma da Previdência**

### **A reforma foi aprovada ontem(11)**

O governador do Piauí, Wellington Dias, agradeceu o esforço da Assembleia Legislativa para a aprovação, no começo da noite de ontem (11), da reforma da Previdência dos servidores públicos do Estado. Wellington Dias comparou a reforma a uma cirurgia.

“Nós temos, na vida, que tomar decisões muitas vezes. Alguém tem problema de saúde e precisa melhorar. O médico chega a ele e diz: olha a alternativa é uma cirurgia. Quem é que gosta de uma cirurgia? de alguém cortando o seu corpo? Fica claro que ninguém gosta de tomar injeção, ninguém, mas para melhorar a sua saúde você aceita que uma atividade como essa, que uma operação, que é um tratamento como esse, que é agressivo, possa acontecer. Eu cito esse exemplo, que é uma área completamente diferente da vida, que a saúde, para dizer que a Previdência ela é algo muito essencial para as pessoas que trabalham para o Estado”, comparou.

O governador lembrou que o Piauí conseguiu superar a crise financeira tomando medidas duras, como o aumento da alíquota descontada dos servidores estaduais, de 12% para 14%.

“Estamos saindo de um momento em que vários estados chegam no fim do mês e não tem dinheiro para pagar aos seus servidores públicos, aposentados ou pensionistas. Aconteceu no Rio Grande do Norte, aconteceu no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, aconteceu no Rio Grande do Sul... ou seja, em vários estados brasileiros. E o Piauí se manteve de pé com o calendário anual de pagamento sendo cumprido à risca o pagamento. Eu tenho estudos que mostram que para que isso não aconteça com a gente em relação à Previdência, para que não haja atraso de pagamento, havia a necessidade do Estado a tomar medidas, como já tinha tomado em 2004 depois em 2015. Agora quando o Congresso Nacional aprovou um conjunto de medidas nessa área da Previdência, o que é que eu tive de atitude? Nós vamos ter que adequar a nossa Constituição à nossa legislação”, explicou. Wellington Dias elogiou o empenho dos deputados, que se debruçaram sobre a proposta da reforma e melhoraram o conteúdo aprovado na noite de quarta-feira.

“A Assembleia Legislativa agiu com muita responsabilidade e ao mesmo tempo também ouviu em audiência pública, em reunião que foram feitas com o relator, deputado Franzé Silva, com parlamentares, o líder do Governo. E trouxeram sugestões, melhoraram a proposta e, como manda o regimento, tudo dentro da legalidade. Então eu quero aqui agradecer aos parlamentares que participaram desse processo pelo apoio, pelo voto de confiança. E quero pedir um voto de confiança nos servidores. O tempo vai dizer que quem não fez o dever de casa como esse não vai honrar com os seus servidores. O Piauí vai. Isso é essencial para garantir a tranquilidade de hoje e do futuro. Quem já é aposentado hoje, quem é pensionista, quem vai ser aposentado. Nós estamos falando de um contrato para 30 anos, 50 anos, 100 anos. Não tive nenhuma dúvida da necessidade de trabalhar. Estou vendo que todos os estados brasileiros estão indo também na mesma direção do Piauí. O que eu quero dizer é que, é por conta desse dever de casa que fizemos em 2019, nós vamos poder em 2020, como eu me comprometi com os servidores, tratar também da recuperação salarial dos servidores porque temos um estado equilibrado, e com certeza toda a responsabilidade também dessa parte”.

O governador lembrou que o Piauí fez o dever de casa e agora teve que se adequar à legislação previdenciária federal. “Nós tivemos a responsabilidade de, de um lado adequar, através de um projeto de emenda constitucional, a Constituição do Piauí às mudanças que ocorreram na Constituição Federal, na Constituição do Brasil. E também na legislação. Nós temos uma lei que trata de previdência e ela precisava, naquilo que dependia de lei, também ser adequada. O efeito disso é o que é o equilíbrio da Previdência. Nós vamos ter uma condição de sustentabilidade na presidência. E fizemos isso melhorando para policiais, melhorando para o conjunto dos servidores em relação à nacional”.

Segundo Wellington Dias, a nova lei da Previdência é muito melhor que a lei federal. “A lei da Previdência no Piauí, a partir da aprovação do relatório do deputado Franzé Silva, aprovado por 24 votos a 4 na Assembleia Legislativa, ele muito é melhor, do ponto de vista dos servidores, do que o texto aprovado a nível nacional. Mas com a responsabilidade é de que, na forma como foi aprovado, nós temos as condições de garantir a eficiência, o equilíbrio, as condições de manter não só a tabela, mas ter uma política salarial adequada para os servidores do Piauí”, concluiu Wellington Dias.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MeioNorte.com	12/12/19		

## **Franzé diz que reforma da Previdência de Wellington Dias tem alíquotas menores**

O deputado estadual Franzé Silva (PT), disse que reforma da Previdência do governador Wellington Dias (PT) tem alíquotas menores e escalonamento que não têm na reforma do Governo Federal.

Franzé Silva falou que a oposição tem direito de entrar na Justiça contra o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa.

Franzé Silva disse que a Casa mudou alguns pontos do projeto para não penalizar os mais pobres.

"Tivemos algumas preocupações, ouvindo os servidores. Uma era ter a possibilidade de incremento da alíquota igual se tem na legislação federal. O Piauí poderia chegar aos 22%, mas restringimos a 14%. Na mensagem original era alíquota única para os aposentados e mudamos para a progressividade. Isentamos as primeiras faixas e isentamos a primeira faixa e fizemos uma variação de 11% a 14%. Limitando a 14% como é com os ativos", afirmou Franzé Silva.

Franzé Silva falou que a oposição tem direito de entrar na Justiça contra o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa.

"É um direito da oposição. A base teve a preocupação de mudar o projeto para melhor. Isso para torná-lo mais justo. A lógica é ter crescimento econômico em 2020", disse Franzé Silva.

Franzé Silva falou que a oposição tem direito de entrar na Justiça contra o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 03/2019 do o Governo do Estado que muda o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, incluindo Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado (TCE), entrará em vigor na data de publicação, exceto a regra que altera a contribuição previdenciária esta entrará em vigor em 90 dias.

O presidente da Fundação Piauí Previdência, Ricardo Pontes, disse que a adequação da Previdência estadual era "necessária e obrigatória. O Estado do Piauí optou por realizá-la logo, para entrar o ano de 2020 já com uma nova etapa. A PEC que enviamos é uma adequação às mudanças realizadas a

nível nacional e todos os Estados e Municípios terão que se adequar. Estima-se uma economia de R\$ 200 milhões, por ano, aos cofres públicos piauiense com esta aprovação”.

Na proposta aprovada, os militares deverão ficar de fora da PEC estadual porque foram incluídos em uma PEC paralela que trata da Previdência dos militares federais, assim como os delegados civis. As alíquotas de pagamento, de acordo com o discutido com os servidores não serão lineares como previstas inicialmente, passando para gradual no texto final. “Quem ganha até um salário mínimo é isento. De um salário mínimo a R\$ 1.200 com 11%, de R\$ 1.200,01 a R\$ 1.800,00 com 12%, R\$ 1.800,01 a R\$ 3.000,00 com 13% e acima de R\$ 3.000,00 com 14%”, explicou Ricardo Pontes.

Para os professores estaduais, a idade de aposentadoria ficou com 57 anos para mulheres e 60 para homens. Para as demais categorias, 62 para mulheres e 65 para homens, segundo a reforma aprovada na Câmara Federal. A contribuição extra, um dos pontos criticados pelos servidores, foi retirado do projeto de lei inicial.

O governador Wellington Dias ressaltou que a Assembleia Legislativa do Piauí “agiu com muita responsabilidade e buscou ouvir os servidores em audiência pública, realizou reuniões com parlamentares, com líderes e trouxeram sugestões que melhoraram a proposta como manda o regimento dentro da legalidade, fizeram a aprovação. Quero agradecer aos parlamentares que participaram nesse processo”.

Dias pediu um voto de confiança aos servidores. “O tempo vai dizer que, quem não fez um dever de casa como esse não vai honrar com seus servidores. Isso é essencial para garantir a tranquilidade de hoje e do futuro. Nós estamos falando de um contrato para mais de 30 anos. Todos os estados brasileiros terão que ir nessa direção”, explicou o governador.

“Eu sei que temos na vida que tomar decisões. A Previdência é algo essencial para as pessoas que trabalham para o Estado. Estamos saindo de um momento em que vários estados chegaram ao fim do mês e não tinham dinheiro para pagar os aposentados e pensionistas. Isso ocorreu no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Piauí se manteve de pé e manteve com um calendário anual de pagamento sendo cumprido à risca. Estudos mostram que, para que isso prossiga e não haja atrasos de pagamento, havia a necessidade do Estado tomar medidas. Nós já havíamos tomado em 2004, depois em 2015, agora quando o Congresso Nacional aprovou um conjunto de medidas nessa área da Previdência, tivemos que adequar a nossa legislação, a nossa Constituição Estadual”, explicou Dias.

O governador Wellington Dias ressaltou que, com a adequação da Previdência estadual, será possível já em 2020 tratar da recuperação salarial dos servidores.

“Teremos um Estado equilibrado e, com certeza, com toda a responsabilidade, estarei tratado da recuperação salarial conforme já prometido às categorias”, destacou Wellington Dias.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MeioNorte.com	12/12/19		

## **Analista do TJ-PI é encontrado morto dentro do Fórum Criminal**

**Em nota, o Tribunal de Justiça em nome do Desembargador Sebastião Ribeiro Martins lamentou a morte.**

**Atualizada às 14h55**

O servidor do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), identificado como Élcio Câmara Abreu, de 26 anos, foi encontrado morto dentro do Fórum Criminal de Teresina na noite de quarta-feira (11/12). A Polícia Civil do Piauí encontrou uma arma de fogo ao lado do corpo.

A arma foi apreendida e a polícia vai investigar as causas da morte do analista judicial. Ele exercia a profissão desde 2012. Até o momento, o que se sabe é que a arma usada no crime estava no armário do Fórum e era pertencente ao processo.

Em nota, o Tribunal de Justiça em nome do Desembargador Sebastião Ribeiro Martins lamentou a morte.

### **Nota de pesar**

*O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) manifesta seu profundo pesar pelo falecimento do servidor Élcio Câmara Abreu, analista judicial lotado na 3ª Vara Criminal da comarca de Teresina, na noite desta quarta-feira (11). Servidor efetivo, prestou relevantes serviços ao Poder Judiciário e ao jurisdicionado piauiense. O velório ocorre na Funerária Lótus, em Teresina. Que Deus conforte seus amigos e familiares nesse momento de imensa dor.*

*Desembargador Sebastião Ribeiro Martins*

*Presidente do TJ-PI*



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	12/12/19		

### Wellington Dias agradece deputados pela aprovação da Previdência

Sugestões feitas pelos representantes dos servidores foram acatadas e aplicadas no texto.  
12/12/2019 09:08:18 - atualizado 09:08:25

A PEC da Previdência estadual foi aprovada nesta quarta-feira (11), pela Assembleia Legislativa do Piauí, com 24 votos a favor e 4 contra, em duas sessões. O texto final foi concluído após audiência pública realizada ontem. Toda a matéria passou por discussões na CCJ.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 03/2019 enviada pelo Governo do Estado que muda o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, incluindo Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado (TCE), entrará em vigor em 90 dias.

O presidente da Fundação Piauí Previdência, Ricardo Pontes, disse que a adequação da previdência estadual era "necessária e obrigatória". O estado do Piauí optou por realiza-la logo, para entrar o ano de 2020 já com uma nova etapa. A PEC que enviamos é uma adequação as mudanças realizadas a nível nacional e todos os estados e municípios terão que se adequar. Estima-se uma economia de R\$ 200 milhões, por ano, aos cofres públicos piauienses com esta aprovação".

Foto: Lucas Dias/GP



Ricardo Pontes

Na proposta aprovada os militares deverão ficar de fora da PEC estadual por que foram incluídos em uma PEC paralela que trata da previdência dos militares federais, assim como os delegados civis. As alíquotas de pagamento, de acordo com o discutido com os servidores não serão lineares como previstas inicialmente, passando para gradual no texto final. "Quem ganha até um salário mínimo é isento. Acima de R\$ 1200 até R\$ 1800 com 11%, acima de R\$ 1800 12%, até R\$ 3.000,00 - 13% e acima de R\$ 3.000,00 - 14%", explicou Ricardo Pontes.

Para os professores estaduais, de acordo com Pontes, a idade de aposentadoria ficou com 57 anos para mulheres e 60 para homens. Para as demais categorias, 62 para mulheres e 65 para homens, segundo a reforma aprovada na Câmara Federal. A contribuição extra, um dos pontos criticados pelos servidores, foi retirado do projeto de lei inicial.

O governador Wellington Dias ressaltou que a Assembleia Legislativa do Piauí "agiu com muita responsabilidade e buscou ouvir os servidores em audiência pública, realizou reuniões com parlamentares, com líderes e trouxeram sugestões que melhoraram a proposta como manda o regimento dentro da legalidade, fizeram a aprovação. Quero agradecer aos parlamentares que participaram nesse processo", comentou.

Foto: Alêf Leão/GP



Governador Wellington Dias

Na oportunidade, Dias pediu um voto de confiança aos servidores. "O tempo vai dizer que quem não fez um dever de casa como esse não vai honrar com seus servidores. Isso é essencial para garantir a tranquilidade de hoje e do futuro. Nós estamos falando de um contrato para mais de 30 anos. Todos os estados brasileiros terão que ir nessa direção", explicou.

"Eu sei que temos na vida que tomar decisões. A previdência é algo essencial para as pessoas que trabalham para o Estado. Estamos saindo de um momento em que vários estados chegaram o final do mês e não tinham dinheiro para pagar os aposentados e pensionistas. Isso aconteceu no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. O Piauí se manteve de pé e manteve com um calendário anual de pagamento sendo cumprido à risca. Estudos mostram que para que isso prossiga, para que não haja atrasos de pagamento havia a necessidade do Estado tomar medidas. Nós já havíamos tomado em 2004, depois em 2015, agora quando o Congresso Nacional aprovou um conjunto de medidas nessa área da previdência, tivemos que adequar a nossa legislação, a nossa Constituição Estadual", explicou Dias.

O governador Wellington Dias também ressaltou que com a adequação da previdência estadual será possível já em 2020 tratar da recuperação salarial dos servidores. "Teremos um Estado equilibrado e com certeza, com toda a responsabilidade, estarei tratado da recuperação salarial conforme já prometido as categorias".